

“VOCÊ TRABALHA OU SÓ ESTUDA?” O BOLSISTA DE PÓS-GRADUAÇÃO E OS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO NAS CONDIÇÕES PRECARIZADAS E PRECARIZANTES DO TRABALHO ACADÊMICO

“DO YOU WORK OR JUST STUDY?” THE PRECARIETY AND PRECARIOUSNESS OF THE POSTGRADUATE SCHOLARSHIP SCIENTIST’ WORKING CONDITIONS

Camila Ribeiro de Almeida Rezende¹

Camila Sailer Rafanhim²

RESUMO

Bolsistas de pós-graduação são institucionalmente considerados estudantes e não trabalhadores, portanto, não gozam dos mesmos direitos trabalhistas e previdenciários reconhecidos aos assalariados. Negar assalariamento e cidadania à grande parte dos cientistas brasileiros é um modo de intensificar as dinâmicas neoliberais que precarizam o trabalho acadêmico em nível mesossocial (institucional), mas também precarizam a confiança e o valor social da ciência em nível macrosocial – que é estruturado e estruturante nas relações microsociais. Essa precarização corrobora um imaginário socialmente compartilhado do cientista como alguém que não trabalha e da ciência como algo não confiável. Nosso objetivo, neste *trabalho-artigo*, é refletir como o neoliberalismo é capaz de estruturar tal imaginário – simbolicamente, emocionalmente e materialmente – e como interfere nas esferas do direito e da cidadania. Para isso, nos baseamos em dados coletados por meio de uma etnografia digital de discursos reproduzidos nas mídias sociais Instagram, Twitter e em *blogs* de pós-graduação.

Palavras-chave: Trabalho, Bolsista, Precarização, Pós-graduação, Neoliberalismo.

ABSTRACT

Postgraduate scholarship fellows are institutionally framed as students, not as workers. They do not have labour rights like the wage earners. Denying salaried-citizenship to most Brazilian scientists is a way of intensifying the neoliberal dynamics that makes academic work precarious at the meso (institutional) level, but also makes the trust and social value of science precarious at the macro level – which is structured and structures micro relations. This precariousness corroborates a socially shared imaginary of the scientist as someone who “does not work” and of science as something “unreliable”. Our aim in this paper is to reflect on how neoliberalism structures this imaginary – symbolically, emotionally and materially – and how it interferes in the spheres of law and citizenship. For this, data was collected from a digital ethnography of discourses reproduced in the social media Instagram, Twitter and blogs.

Keywords: Labour, Scholarship Fellow, Precarity, Postgraduate, Neoliberalism.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora temporária no Centro de Artes e Museologia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: camilararezende@gmail.com

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: camilarafanhim.adv@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

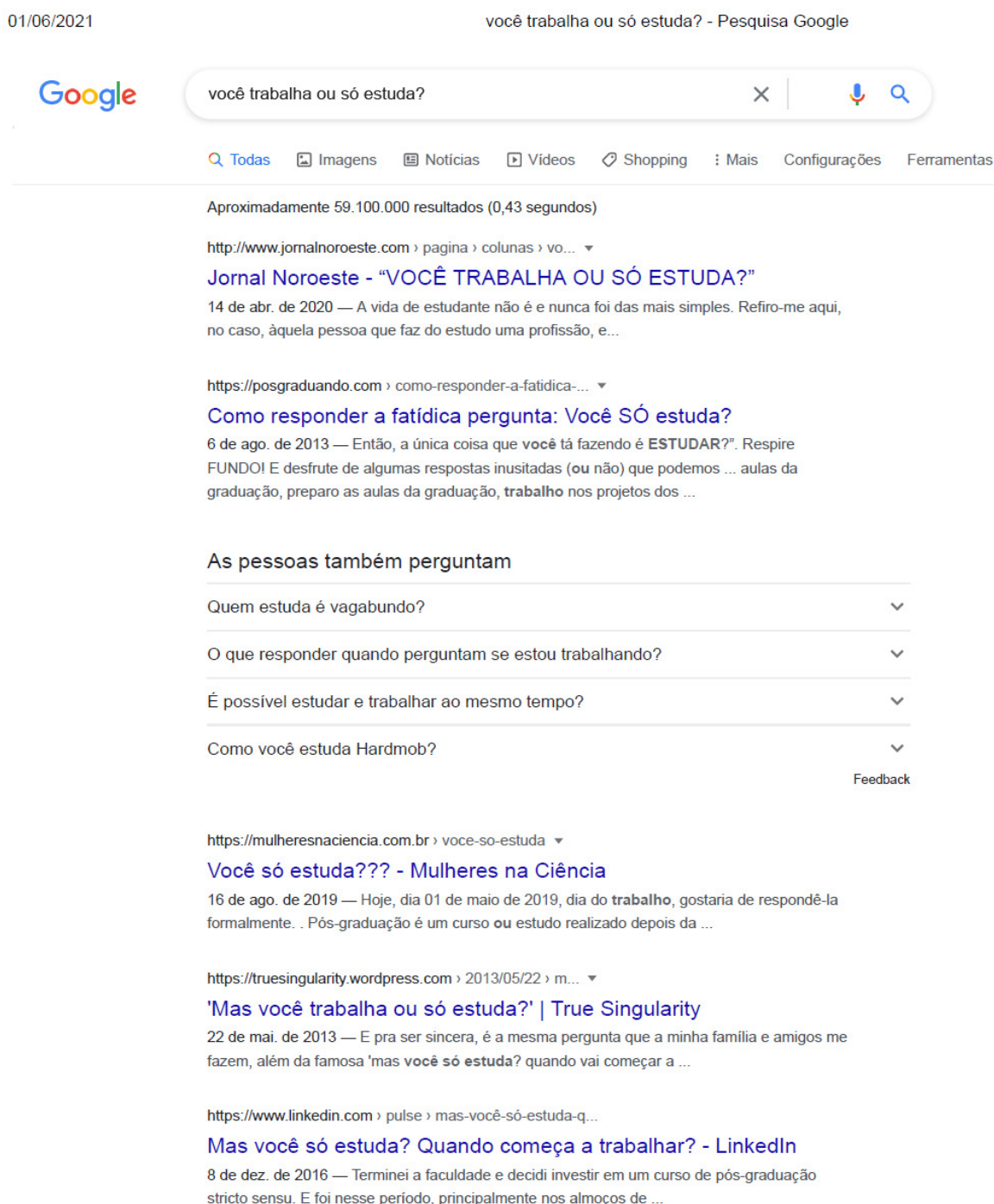
1. INTRODUÇÃO AO INCÔMODO SOCIOLÓGICO DA PERGUNTA

A pergunta que aciona o *trabalho* da escrita deste *trabalho* – “você trabalha ou só estuda?” – é constantemente direcionada a nós e a tantas outras e outros bolsistas de pós-graduação no Brasil. O incômodo que ela nos suscita não está concentrado na dicotomia estudo/trabalho, mas nas implicações sociológicas da expressão “só”. Um dos sentidos que os dicionários atribuem a essa expressão é o de estar desamparada(o), sozinha(o), por conta própria. E, implicitamente, há nesse “só” uma contabilidade do tempo produtivo que é calculado em relação a um plano de referência: a esfera macrossocial ordenada pela lógica neoliberal. Quando as pessoas nos perguntam – você trabalha ou “só” estuda? – elas estão buscando compreender a quantidade de tempo que realmente dedicamos ao trabalho e, mais implicitamente, o que/onde é o nosso trabalho. À maior parte de nós, falta confiança para sustentar uma resposta positiva. E, perceba: se respondermos à pergunta com um “eu trabalho” a pessoa rebaterá: “que bacana, você trabalha onde? O que você faz?”.

Onde a bolsista de pós-graduação trabalha? O que ela faz? Quem são as pessoas que lhe dirigem tais perguntas? As respostas para essas questões demandam dados empíricos e teóricos que fomentariam distintos caminhos reflexivos. Neste trabalho, dedicaremos tempo produtivo apenas para a questão: quem são as pessoas que nos dirigem tal pergunta? Para respondê-la, não podemos nos basear apenas em nossas experiências pessoais, pois cientistas sociais não podem “imersão-se na singularidade histórica para retirar dela os invariantes *trans-históricos* (deixando aos ensaístas ou aos compiladores o privilégio das generalidades intemporais que não engloba nenhuma outra referência histórica que não suas leituras ou experiências pessoais).” (BOURDIEU, 2017, p. 58). O trabalho a que nos propomos é englobar os invariantes *trans-históricos*, a temporalidade e as experiências sentidas de forma coletiva, que constatamos ora nas estruturas microsociais dos nossos encontros face a face na condição de bolsistas de pós-graduação, ora nas estruturas meso e macrossociais na condição de cientistas sociais. As pessoas que nos perguntam você trabalha ou só estuda? São nossas mães, pais, irmãs e irmãos, filhos e filhas, tios e tias, primos e primas, amigas e amigos, os nossos conhecidos e os deles.

Precisamos sair de nossa experiência e leitura pessoal para observar a leitura e experiência do outro, ou seja, das outras/outros bolsistas brasileiros de outros nomes, áreas, contextos e, o mais primordial, de outros tempos. Para isso, foi preciso digitar “você trabalha ou só estuda?” na ferramenta de pesquisa Google e observar os dados sociológicos que o resultado nos apresentou.

FIGURA 1 – VOCÊ TRABALHA OU SÓ ESTUDA? PESQUISA GOOGLE 1 DE JUNHO DE 2021



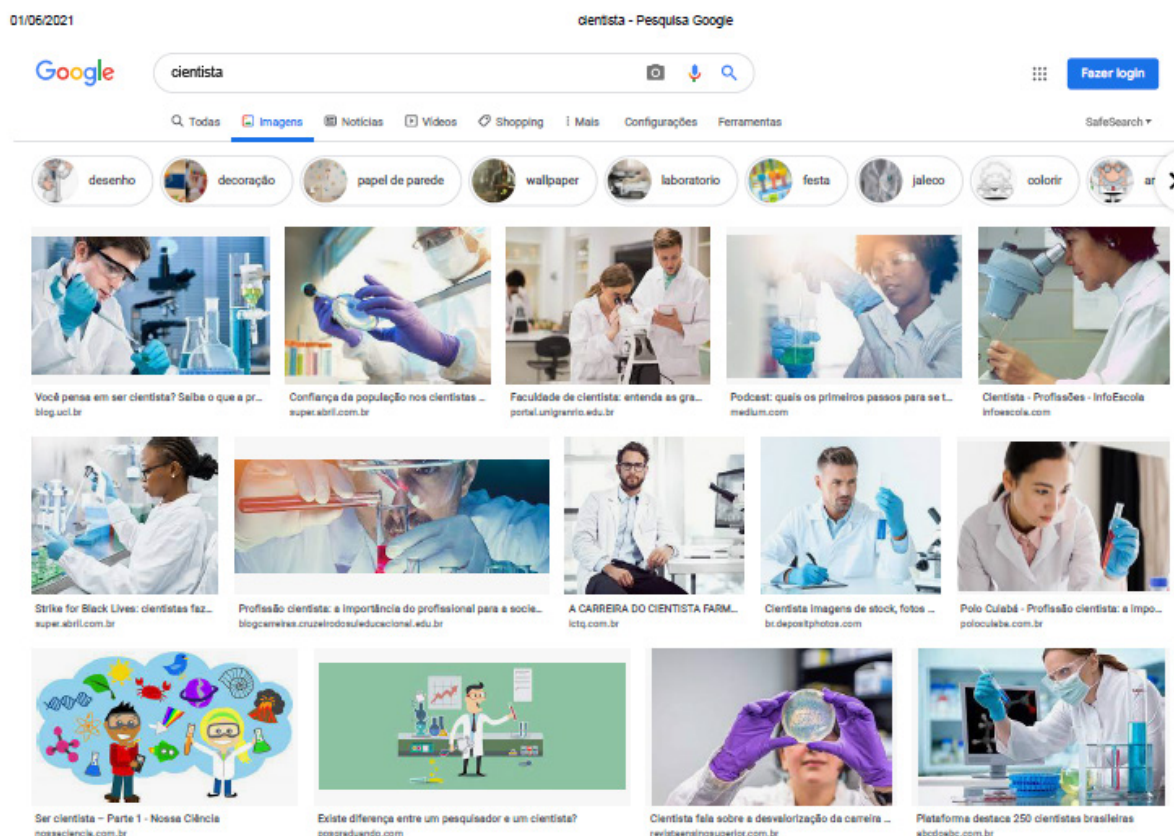
Fonte: Você trabalha [...] (c2021).

Nessa imagem, o Google expõe que “as pessoas também perguntam”: “quem estuda é vagabundo?” e “o que responder quando perguntam se estou trabalhando?”. Neste artigo, estamos interessadas no “o que responder”. Mas, antes, precisamos entender para quem respondemos. Na etnografia digital desses seis primeiros sítios da imagem, conseguimos validar tanto as experiências pessoais quanto as coletivas. No caso, as pessoas que perguntam são descritas nesses sítios como familiares, amigos e conhecidos. Agora, perguntamos a você que nos lê: se os familiares, amigos e conhecidos – que são as pessoas mais próximas de nós,

que têm algum acesso ao nosso cotidiano de pesquisa, ao cotidiano de um cientista bolsista – se essas pessoas têm dúvidas se o que fazemos é trabalho, o que acontece com a dúvida das pessoas que não são nossas conhecidas – que não convivem com cientistas? Das pessoas que veem a grande mídia noticiar cortes de recursos públicos para universidades, para a ciência. Quem responderá a dúvida delas?

Se uma pessoa não sabe o que é um cientista e decide perguntar ao Google, ao clicar em imagens, ela verá este resultado:

FIGURA 2 – CIENTISTA – PESQUISA GOOGLE 01/06/2021



Fonte: Cientista (c2021).

Para além de uma mudança representativa do algoritmo, que agora apresenta mulheres negras nos resultados das imagens, podemos notar a representação predominante de cientistas das ciências da natureza, em que muitos estão munidos de pipetas. Nós, que escrevemos este artigo, nunca usamos pipetas para fazer nossa ciência. Assim, ao ver as imagens, nos sentimos *só(s)*, ou seja, desamparadas de representação, sozinhas, por conta própria. Mas, o que a *trans-historicidade*³ do conhecimento científico nos revela sobre a representatividade

³ Entendemos a *trans-historicidade* sob a perspectiva Bourdieusiana, ou seja, uma ação epistêmica de refletir as condições sociais da própria produção da história da ciência: “[...] uma visão realista da história leva a examinar de que maneira, e sob que condições históricas, verdades irreduzíveis à história podem ser arrancadas da história. [...] É na história, e tão somente na história, que se deve buscar o princípio da independência relativa da razão perante a história, da qual é o produto; ou melhor, na lógica propriamente histórica, embora inteiramente específica, segundo a qual são instituídos os universos de exceção onde se realiza a história singular da razão.” (BOURDIEU, 2001, p. 132).

das pipetas? Esse assunto⁴ carece de um tempo de trabalho ainda maior na materialidade deste artigo. E, temporalmente, estamos em 2021, em que as pipetas das ciências biológicas e da medicina também se sentem só(s): pois “quando os grandes exércitos – no sentido literal – defensores do corpo político ou do corpo físico não estão por trás deles [com investimentos], os cientistas costumam ser invisíveis.” (LATOURE, 2000, p. 284, acréscimo nosso). A invisibilidade do cientista, do trabalho científico e da ciência no Brasil é *trans-histórica*. E nossa intenção é demonstrar que essa invisibilidade é constatada não apenas no poder simbólico das perguntas dos amigos e familiares, que duvidam do nosso trabalho; mas nas relações estruturais meso e macrosociais, as quais estabelecem um regime de *assalariamento-cidadania* perverso com os bolsistas de pós-graduação.

Essa invisibilidade é observada, por exemplo, nos 97 comentários dirigidos à postagem “Como responder a fatídica pergunta: Você SÓ estuda?” presente no *blog* Pós-graduando (o segundo sítio que aparece na Figura 1 deste artigo). Dentre os seis primeiros sítios que apareceram na busca, esse era o que enfaticamente convidava os leitores: “Agora é a sua vez de dar a sua RESPOSTA! Desabafe!” E, nos 97 comentários/desabafos, datados de 2013, encontramos a fatídica atualidade de 2021 – “que revela o que o destino decidiu; que prediz, que profetiza; que leva à desgraça, ao infortúnio, fatal, sinistro, trágico” (FATÍDICO, c2021). Seria cômico se não fosse trágico, mas eis alguns desabafos com os quais nos deparamos: Comentário A – “Como eu odeio essa pergunta já fui obrigada a mentir que trabalhava várias vezes para pessoas que eu não possuía muita intimidade por não saber o que responder.” (Anônimo, 2013); Comentário B – “Eu digo: ‘Trabalho como pesquisador graduado na (nome da universidade)’ essa resposta não contém mentiras, e você ainda sai por cima...” (Anônimo, 2013).

No primeiro comentário, a pessoa escolhe mentir. Já no segundo, a pessoa acredita que não mente e que ainda “sai por cima” ao afirmar que é pesquisador graduado. Mas, será mesmo que essa resposta não contém mentiras? Legalmente, quem é o contratante desse pesquisador graduado? Qual é o regime de trabalho? E, sabendo que se trata de um vínculo formal precarizado juridicamente, com reconhecimento de pouquíssimos direitos ao trabalhador, ocultar essa condição é envergonhar-se individualmente da derrocada do Estado Social. Esse último, na prática, engloba diferentes dimensões. Compreende o investimento público em atividades de importância coletiva e social, como de fato a ciência é. Mas, também se baseia na chamada sociedade salarial, na qual o estatuto do assalariamento serve de meio de acesso aos direitos sociais considerados básicos para uma vida digna.

Assim, a busca pelo reconhecimento do caráter de trabalho para o que fazemos na pós-graduação, no mestrado, no doutorado e no pós-doutorado é, na verdade, a reivindicação da

⁴ Bourdieu trabalhou esse “assunto” na obra *Homo academicus* (2017): “Poderemos reconhecer, nas diferentes formas da oposição entre as faculdades (ou as disciplinas) temporalmente dominantes e as faculdades (ou as disciplinas) mais voltadas à pesquisa científica, a distinção que Kant fazia entre dois tipos de faculdades: de um lado, as três ‘faculdades superiores’ (temporalmente), isto é, a faculdade de teologia, a faculdade de direito e a faculdade de medicina, que, sendo capazes de proporcionar ao governo ‘a mais forte e mais durável influência sobre o povo’, são as mais diretamente controladas por ele, [...] a ‘faculdade inferior’ que, não tendo nenhuma eficácia temporal, está abandonada ‘à própria razão do povo erudito’, isto é, às suas próprias leis, [...] Do lado do que, sempre segundo Kant, constitui ‘de alguma maneira a direita do parlamento da ciência’, a autoridade; do lado da esquerda, a liberdade de examinar e objetar: as faculdades dominantes na ordem política têm por função formar agentes de execução capazes de aplicar sem discutir nem questionar, nos limites das leis de uma ordem social determinada, as técnicas e as receitas de uma ciência que não pretendem nem produzir nem transformar; no lado oposto, as faculdades dominantes na ordem cultural estão destinadas a atribuir-se, dada a necessidade da construção dos fundamentos racionais da ciência que as outras faculdades se contentam em inculcar e aplicar, uma liberdade que é proibida às atividades de execução, ainda que sejam tão respeitáveis na ordem temporal da prática.” (BOURDIEU, 2017, p. 95).

nossa condição de cidadãos e do direito ao acesso a uma condição de vida digna em seus mais diversos aspectos. Isso, tomando por base a concepção de cidadania de Thomas H. Marshall, enquanto “um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade” (MARSHALL, 1967, p. 76), que compreende distintas esferas: a civil – que abarca garantias e liberdades individuais; a política – relativa à participação na vida política da comunidade; e a social – da garantia de condições mínimas de vida digna em uma comunidade, isto é, o acesso aos direitos sociais existentes em uma sociedade em determinado tempo.

O neoliberalismo, ao promover o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, representa também o fim da sociedade salarial, não só com a diminuição de postos de trabalho, mas com a desconfiguração das condições trabalhistas com menos segurança social, ou seja, propondo regimes de trabalho precarizados. Para Castel, a precarização do trabalho constitui uma problemática até mais importante que o desemprego. Ele afirma que “a diversidade e a descontinuidade das formas de emprego estão em via de suplantar o paradigma do emprego homogêneo e estável”, o que faria parte de processos “que *alimentam* a vulnerabilidade social” (CASTEL, 2010, p. 516) e, portanto, afetaria o micro do individual, mas também chegaria ao macrosocial.

Em termos jurídicos, o vínculo do pós-graduando bolsista com a universidade e a agência financiadora da bolsa não é de emprego, nem mesmo de trabalhador autônomo ou coisa parecida. Isso o retira da proteção previdenciária. Se quiser contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (e, se sobrar dinheiro para isso), além de fazê-lo por conta própria, o pesquisador fará enquanto “contribuinte facultativo”, isto é, aquele que não tem um trabalho remunerado reconhecido como “ocupação de vinculação obrigatória à previdência pública”. O bolsista recebe um valor monetário mensal enquanto perdurar a bolsa – que, repita-se, não é salário! Durante esse período, ao contrário dos trabalhadores assalariados no Brasil, os pós-graduandos não têm direito às férias, como tempo de descanso efetivamente, não recebem benefícios, tais quais o 13º salário e adicional de férias, não recebem complementação para a aquisição de equipamentos, que são seu instrumento de trabalho na pesquisa – computador, internet, livros, custos para a realização da pesquisa de campo etc. Também não têm proteção social, por exemplo, contra doenças que possam lhe impedir de trabalhar. Em 2021, os bolsistas também não foram incluídos no *staff* das universidades, quando se determinou a prioridade na vacinação dos trabalhadores do ensino superior. É evidente, então, que a posição de pesquisador bolsista na pós-graduação está à margem da condição de assalariamento, processo que leva à cidadania completa. Isto é também, entre outros fatores, uma característica neoliberal.

Mas, o neoliberalismo não é apenas um conjunto de políticas econômicas e de organização do Estado, como expõem Dardot e Laval (2016), é “a nova razão do mundo” e, conseqüentemente, torna-se um modo de conformação da subjetividade das pessoas, processo do qual os cientistas não escapam, pois é efetivamente uma forma de existência. E, dessa forma, os sujeitos se conformam em negar a precarização da sua condição de trabalho em nome do reconhecimento de sua posição social.

2. A ÉTICA DA PRECARIÉDADE, A POLÍTICA PRECARIZANTE E A ESTÉTICA DA PRECARIZAÇÃO

Etnografando os diferentes comentários publicados no *blog* Pós-graduando⁵, foi possível identificar que a maioria das respostas (tal como os exemplos que apresentamos acima)

⁵ Os comentários foram transcritos literalmente na forma que se apresentam publicados na Internet. Eventuais erros de grafia ou gramaticais foram mantidos, pela preservação do sentido da manifestação. Manifestações de cientistas, portanto, pessoas letradas, que utilizaram desse espaço (virtual) para expor sua condição e emoções e optaram pela utilização de linguagem coloquial ou signos próprios da internet, também como uma tentativa de fugir das normas linguísticas que costumam parecer regra para os escritos “científicos”.

buscavam o atributo desse *status* – a *distinção* social (BOURDIEU, 2007). O plano de referência a que o bolsista deseja se distinguir seria tanto do tipo ideal do vagabundo que não trabalha, quanto do tipo ideal da pessoa que não cursou a universidade; e que, por isso, ganha apenas um salário-mínimo. Ao mesmo tempo, há uma consciência, em alguns comentários, de que o valor da bolsa não é tão distintivo assim. Quando a distinção não é sustentada pelo *status* estudo ou pelo *status* dinheiro, o próprio tempo ocioso é paradoxalmente acionado como o grande *status de distinção* – o atributo negativo de vagabundo, de alguém que não trabalha, gerador de vergonha, é convertido numa espécie de direito assegurado e legitimado pelo governo –; o que então, por isso, passa a ser visto como um atributo, um *status* causador de inveja – de *distinção* – nas outras pessoas que trabalham em empregos cujo vínculo é mais formal e rígido.

O mais intrigante é o governo entrando nas frases e nos sentimentos dos bolsistas em sua defesa:

Comentário C – Seeeeeempre aquele momento lastimável. Para algumas pessoas dá vontade de dizer: ‘Pois é... só estudo e ganho mais que você!!!!!’ P.S: Não que a nossa bolsa seja maravilhosa, mas pelo menos é mais que um salário mínimo de muita gente. (Anônimo, 2013).

Comentário D – Pergunta: ‘Você só estuda?’ Eu respondo: ‘nãoooo... Imagina! Estudar é o que eu menos faço! Eu sou pago pelo governo federal para acordar a hora que eu quiser, ver televisão, viajar, ficar no *facebook* e testar os jogos novos de vídeo game’. Adoro despertar a inveja nas pessoas. (Anônimo, 2013).

Comentário E – Oooo Tia, faço pós: sabe o que significa mestrado, doutorado e pós-doc? Não? Eu explico: sou tão foda que o governo me paga para estudar!!! (Anônimo, 2013).

Comentário F – Eh, so que sou tao boa em estudar que o governo me paga pra fazer isso. (pos graduando recalçado, impressiona somente se a pessoa não souber o valor da bolsa, heheh). (Anônimo, 2013).

Comentário G – 1ª Opção: Pois é, enquanto uns pagam pra estudar, eu recebo SÓ para estudar! 2ª Opção: Sim, eu SÓ estudo! E pretendo continuar estudando por mais 4 anos de doutorado, quando o mestrado acabar. Enquanto isso o governo paga as minhas contas! 3ª Opção: Quer melhor do que ficar em casa, na internet, na minha cama e, ainda por cima, ganhando para ficar SÓ estudando tia???? (Anônimo, 2013).

Nesses exemplos de comentários, observam-se as tentativas de *distinção* ou reconhecimento de algum tipo de privilégio da condição que é juridicamente precária. O que evidencia outro efeito da lógica neoliberal, que é justamente uma espécie de *captura* da subjetividade ou o convencimento dos sujeitos acerca da ideologia do empreendedorismo de si e da liberdade, que nada mais é que a “cultura da precariedade” “vista do alto” (LAVAL, 2017, p. 101). Isso porque o neoliberalismo é efetivamente uma forma de vida, uma razão que abarca todas as esferas da existência:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. [...] o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. [...] Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade.

As circunstâncias desse sucesso normativo foram descritas inúmeras vezes sob seu aspecto político (a conquista do poder pelas forças neoliberais), ora sob seu aspecto econômico (o rápido crescimento do capitalismo financeiro globalizado), ora sob seu aspecto social (a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres), ora sob seu aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas). Tudo isso são dimensões complementares da nova razão do mundo. Devemos entender, por isso, que essa razão é global, nos dois sentidos que pode ter o termo: é “mundial”, no sentido de que vale de imediato para o mundo todo; e, ademais, longe de limitar-se à esfera econômica, tende à totalização, isto é, a “fazer o mundo” por seu poder de integração de todas as dimensões da existência humana. Razão do mundo, mas ao mesmo tempo uma “razão-mundo”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Esse trecho pode parecer longo enquanto citação, mas é breve diante de sua capacidade de captar a universalidade da noção neoliberal e de todas as camadas da vida que são afetadas por ela. Trazendo essas palavras de Dardot e Laval para nosso objeto de observação, não se trata apenas da precarização jurídica, que retira dos pesquisadores os direitos trabalhistas reconhecidos aos assalariados empregados. Trata-se de um modo de vida precário, que afeta a vida pessoal do pesquisador e suas condições emocionais; atinge a produção e a confiabilidade da ciência; e interfere na vida social como um todo. Estamos diante de uma condição de precarização (*precarity*), mas também de precariedade existencial (*precariousness*).

Diante disso, repita-se, não pretendemos nos limitar à precarização política e jurídica das condições de trabalho e remuneração do pesquisador bolsista. Nosso objetivo é observar diferentes esferas desse modo de vida precário. E, esse modo de vida neoliberal, essa cultura da precariedade, se alimenta – no meio acadêmico – de uma ética da precariedade, da política precarizante e da estética da precarização.

3. A ÉTICA DA PRECARIEDADE – “SIM, EU SÓ ESTUDO! E PRETENDO CONTINUAR ESTUDANDO POR MAIS 4 ANOS DE DOUTORADO, QUANDO O MESTRADO ACABAR. ENQUANTO ISSO O GOVERNO PAGA AS MINHAS CONTAS!”

Além do uso da ironia, foi possível observar, pela etnografia dos comentários, a noção de *status* de “trabalhador/a” como algo em processo, algo a ser “conquistado”, algo no *porvir* – que não está no plano temporal do presente, mas no futuro:

Comentário H – Eu tive a sorte de conseguir ir amaciando meus parentes durante a graduação inteira. Eles não me perguntam mais se eu só estudo, já perguntam logo quando eu vou terminar o mestrado, pra fazer o doutorado logo e virar professora de federal. Mas quanto aos amigos dos meus pais e dos meus sogros, eu sou sincera na resposta. Eu digo que trabalho, porque o mestrado é o meu trabalho, afinal não posso acumular tarefas. Eu dedico minhas horas semanais a ele e no final do mês recebo minha bolsa. Se eu fiz alguma atividade e recebi por ela, entra na minha definição de trabalho. (e é por isso também que eu me mato durante a semana e no fds tento não estudar ou pelo menos estudar pouco... o governo não me paga hora extra, adicional noturno e nem final de semana!!) (Anônimo, 2013).

A pessoa do Comentário H *conta com a coisa esperada* – “virar professora de federal”, mas, essa expectativa a coloca em uma *dependência durável* com o meso (a instituição), que se deteriora a cada dia mais pelo macro neoliberal, propiciando a ela uma fonte constante de precarização: as frustrações contínuas das esperanças.

[...] a instauração de relações de autoridade e de dependência duráveis repousa sobre expectativa como propósito interessado de algo a advir que modifica duradouramente – isto é durante todo o tempo em que dura a espera – a conduta daquele que conta com a coisa esperada; e também sobre a arte de fazer esperar, no duplo sentido de suscitar, de encorajar ou de manter a esperança, por promessas ou pela habilidade de não decepcionar, desanimar ou desmentir as antecipações ao mesmo tempo que pela capacidade de frear e de conter a impaciência, de suportar e aceitar o prazo, a frustração contínua das esperanças, das satisfações antecipadas, [...] O poder universitário consiste assim na capacidade de agir sobre as esperanças – elas mesmas apoiadas de um lado na disposição para jogar e no investimento no jogo, e de outro na indeterminação objetiva do jogo – e de outra parte sobre as probabilidades objetivas – delimitando sobretudo o universo dos concorrentes possíveis. [...] A autoridade está fundada nas expectativas de carreira: só se mantém quando se relaciona a algo. Mas essas expectativas não são independentes da existência objetiva de futuros prováveis, nem totalmente determinados nem totalmente indeterminados. Se, para que o mecanismo funcione, for evidentemente preciso que vários concorrentes dotados dos mesmos títulos e pertencendo à mesma geração escolar estejam competindo pelas mesmas vagas, é preciso que sejam em pequeno número para poder razoavelmente aspirar aos postos oferecidos e se identificar por antecipação a seus ocupantes – coisa que se torna impossível quando as probabilidades objetivas caem abaixo de um determinado limite – e no entanto em número suficientemente grande para que não tenham a certeza absoluta que faria desaparecer a expectativa. (BOURDIEU, 2017, p. 123-124).

O futuro de 2013 é o presente de 2021. Nesse exato momento, planejar e confiar em uma carreira acadêmica tem se tornado cada vez mais impossível, pois as probabilidades objetivas caíram abaixo de um determinado limite: o econômico e o simbólico. Ao retirar o investimento econômico da ciência e ao se esforçar para esvaziar seu poder simbólico perante a sociedade, o atual governo federal desgoverna as expectativas dos cientistas determinando um futuro violento de ausências. Os concorrentes dotados dos mesmos títulos e pertencendo à mesma geração escolar, que já estavam em uma disputa severa no passado, continuarão presentes na inóspita disputa futura (se continuarem). O número de doutoras e doutores desempregados no presente já é suficientemente grande para o pequeno número de vagas de empregos que estão disponíveis. Mas, o que acontecerá com esse número no futuro? Qual o limite da expectativa? O seu limite é a probabilidade objetiva da certeza absoluta – pois se aqueles que contam com a coisa esperada tiverem a certeza objetiva de que não a terão no futuro, é exatamente essa certeza que fará desaparecer a expectativa. E, quando as expectativas dos e das futuras cientistas/doutoras desaparecem, o que materialmente desaparece é o próprio campo acadêmico – que perde o investimento simbólico e econômico da sua mais importante investidora: a estrutura micro social – as graduandas(os), as mestrandas(os), as doutorandas(os), as(os) docentes.

A verdade é que essa expectativa é um dos pilares que sustenta uma ética do meio acadêmico, que valoriza um processo de sofrimento psíquico e financeiro como parte do reconhecimento dos resultados obtidos. Encontramos a demonstração desse fato em uma publicação de mais de duas décadas atrás, de 1998, a crônica “Uma tese é uma tese”, na qual Mário Prata satirizava a precarização econômica e simbólica das doutorandas e doutorandos:

Escrever uma tese é quase um voto de pobreza que a pessoa se autodecreta. O mundo para, o dinheiro entra apertado, os filhos são abandonados, o marido que se vire. Estou acabando a tese. Essa frase significa que a pessoa vai sair do mundo. Não por alguns dias, mas anos. Tem gente que nunca mais volta. [...] Ou seja, o elemento (ou a elementa) passa a vida a estudar um assunto que nos interessa e nada. Pra quê? Pra virar mestre, doutor? E daí? [...] E o cara dá logo um dez com louvor. Louvor para quem? [...] E tem mais: as bolsas para os que defendem as teses são uma pobreza. [...]

É, defender uma tese é mesmo um voto de pobreza, já diria São Francisco de Assis. Em tese. (PRATA, 1998)

Do ponto de vista sociológico, o que seria esse “sair do mundo” por anos? Conduzimos a reflexão para aquilo que Bourdieu denomina de *ponto de vista escolástico*. E gostaríamos também de ir contra a ética/estética do uso da citação longa como uma atitude preguiçosa do cientista vagabundo, que não se prestou à síntese da paráfrase. Aqui tanto nos prestamos a isso, quanto lhe convidamos para outro trabalho, o da ruminação:

O ponto de vista escolástico é inseparável da situação escolástica, situação socialmente instituída na qual se pode desafiar ou ignorar a alternativa corriqueira entre jogar (*paizein*), brincar e ser sério (*spoudazein*) jogando a sério e levando a sério as coisas lúdicas, ocupando-se seriamente de problemas que as pessoas sérias, e realmente ocupadas, ignoram – ativa ou passivamente. O homo *scholasticus*, ou *academicus*, é alguém que pode jogar a sério, porque seu estado (ou o Estado) lhe assegura todos os meios de fazê-lo, isto é, o tempo livre, liberado das urgências da vida; [...] os pensadores deixam em estado impensado (doxa) os pressupostos de seu pensamento, isto é, as condições sociais de possibilidade do ponto de vista escolástico, e as disposições inconscientes, geradoras de teses inconscientes, adquiridas por uma experiência escolar, ou escolástica, frequentemente inscrita no prolongamento de uma experiência originária (burguesa) de distância do mundo e das urgências da necessidade. Diferentemente do advogado de Platão, ou do médico de Aaron Cicourel, nós temos tempo, todo nosso tempo, e essa liberdade em relação à urgência – que tem sempre alguma relação com a necessidade econômica, dada a conversibilidade de tempo em dinheiro tornou-se possível, graças a um conjunto de condições econômicas e sociais, pela existência dessas reservas de tempo livre que são os recursos econômicos acumulados [...] Por que é necessário lembrar as condições econômicas e sociais da postura escolástica? [...] Trata-se de saber no que essa retirada, essa abstração, essa fuga, afetam o pensamento que tornam possível e, por essa via, o próprio conteúdo do que pensamos. Assim, por exemplo, se é verdade que tudo o que se produz nos campos de produção cultural tem como condição de possibilidade essa espécie de suspensão das finalidades externas (o que se vê bem nos usos da linguagem, especialmente os linguísticos, nos quais nos utilizamos da linguagem não para fazer alguma coisa, mas para nos interrogar sobre a linguagem) [...] (BOURDIEU, 1996, p. 200-203).

Para utilizar o trabalho acadêmico não para fazer alguma coisa, mas para interrogar as condições de sua própria produção, é preciso o “prolongamento de uma experiência originária (burguesa) de distância do mundo e das urgências da necessidade” nesse Brasil de 2021. Por exemplo, o prolongamento burguês da primeira autora foi mantido pelo Estado de Direito (mas sem outros direitos) de 2010 a 2015, com as bolsas mensais de auxílio estudantil e monitoria que, somadas, expressavam o valor de R\$ 800,00; que a seguir foi prolongado com a bolsa do mestrado (de 2015 a 2017), que expressava o valor de R\$ 1.500,00; e de 2017 a 2021 que expressaram o valor de R\$ 2.200,00.⁶ A realidade burguesa do cientista no Brasil não é como a realidade burguesa europeia acerca da qual refletiu Bourdieu. O nosso olhar escolástico apresenta peculiaridades repletas de ironia e romantização quanto ao “voto de pobreza” percebido como a premiação ainda mais “merecida” “da coisa esperada”, ou seja,

⁶ Este artigo foi escrito em 2021, submetido à *Revista da Associação Brasileira de Estudo do Trabalho* (Abet) em 2022, e aceito em 2023. Em fevereiro de 2023, o Governo Federal aumentou as bolsas de pós-graduação em 40%. O valor da bolsa de mestrado subiu para R\$ 2.100,00, a de doutorado para R\$ 3.100,00, e a de pós-doutorado para R\$ 5.200,00. O reajuste evidencia as perdas financeiras historicamente acumuladas, mas, não alterou a natureza jurídica da relação de trabalho em questão ou a realidade fática das circunstâncias em que ela acontece. Mesmo com a ocorrência desse aumento, a condição do trabalho acadêmico dos e das bolsistas de pós-graduação ainda continua sendo precarizada e precarizante e, por isso, necessita ser refletida sociologicamente.

aquela que está *por vir* no *porvir* – o emprego (do duplo sentido) de nossas pesquisas e da nossa cidadania de “ter” um emprego. Quanto mais precário é o percurso, mais digno é o sacrifício. Assim, nos comprazemos com a saga do herói – das grandes heroínas.

Essa saga pode ser observada nas profecias de 2013 da cientista Camila Machado. O seu *blog* intitulado True Singularity é um dos resultados que o Google nos apresenta quando digitamos a frase “você trabalha ou só estuda?”. Camila já profetizava assim:

Esses dias estava olhando na estatística de busca que fazem as pessoas pararem aqui no blog e entre frases as mais procuradas estão ‘quanto ganha um físico teórico’ e ‘o que faz um físico teórico’. E pra ser sincera, é a mesma pergunta que a minha família e amigos me fazem, além da famosa ‘mas você só estuda? quando vai começar a trabalhar?’ Motivada por isso, resolvi escrever sobre como é a vida de quem deseja seguir uma carreira acadêmica. [...] Depois de 4 anos de doutorado (é o tempo de duração da bolsa), acredite ou não, você ainda não tem nenhuma chance de passar em um concurso em uma boa universidade. O negócio é fazer mais alguns pós-doutorados. Que é só uma coisa que inventaram para não deixar quem tem doutorado morrer de fome. Durante esse período as pessoas escrevem artigos loucamente para quando prestarem o concurso impressionarem a galera e terem uma boa chance de passar. Não entrei em detalhes de como funciona o dia-a-dia de um físico, mas quis passar uma ideia do caminho mais ou menos certo que as pessoas percorrem para ter uma carreira acadêmica. Resumindo: são 4 anos de graduação, 2 anos de mestrado, 4 anos de doutorado, tempo indeterminado (~4 anos) de pós-doutorado daí você vai tentar passar num concurso e virar professor/pesquisador em alguma boa universidade. E é só aí que as pessoas vão acreditar que você trabalha.” (MACHADO, 2013).

Nós, duas pós-graduandas, estamos escrevendo este artigo “loucamente” (ainda no doutorado) para “impressionar a galera”, para que entendam que somos seres humanos inseridos num sistema capitalista neoliberal e precisamos de dinheiro para viver – e que o duplo investimento científico – que deveria equilibrar o psicanalítico e econômico⁷ – está pendendo apenas para o psicanalítico, pois nosso campo meso e macro científico nos coopta com sua lógica antieconômica de pessoas desinteressadas que devem trabalhar pela ciência em nome do amor pelo conhecimento e não pelo dinheiro.

4. A POLÍTICA PRECARIZANTE – “SE EU FIZ ALGUMA ATIVIDADE E RECEBI POR ELA, ENTRA NA MINHA DEFINIÇÃO DE TRABALHO.”

Será que pesquisa na pós-graduação é trabalho? Cotidianamente, a pergunta gera um incômodo a quem é interpelada por ela. O nosso trabalho neste artigo, no entanto, não é definir o que é trabalho e, muito menos, o porquê de estarmos na atual condição que nos encontramos, buscando um sentido distintivo nas palavras neoliberalismo; precariedade; e precarização. O que nos cabe é observar as estruturas sociais do micro, do meso e do macro que tentam excluir os bolsistas da categoria valorizada: trabalhadores. O que nos cabe é trabalhar com afinco, assumindo o nosso papel de direito e cidadania sociológica, pesquisando aquilo que nossos ouvidos sentem nos recantos micro/meso/macrossociais:

Pesquisadores ouvem com frequência as pessoas dizerem que tal coisa não é tal outra: “Isso não é fotografia”; “Isso não é ciência”; “Isso não é judaico”. Estes são três tipos

⁷ “Podemos assim recorrer à palavra *investimento*, em seu duplo sentido, psicanalítico e econômico. Todo campo social, seja o campo científico, seja o campo artístico, o campo burocrático ou o campo político, tende a obter daqueles que nele entram essa relação com o campo que chamo de *illusio*.” (BOURDIEU, 1996b, p. 139-140, grifos do autor).

óbvios e comuns de “isso não é”: artístico, epistemológico e étnico. Esta formulação, quando a ouvimos, é um bom indicador de que alguém está tentando preservar um privilégio, algo que possui, deseja conservar e não quer partilhar com mais ninguém. [...] Para compreender a significação sociológica de uma declaração desse tipo, perguntamos qual é a situação em que está sendo feita, que problemas o grupo que a formula está enfrentando, o que os autores da declaração estão tentando impedir que alguma outra pessoa (cuja identidade deve também ser descoberta) tenha. Uma coisa que não fazemos é tentar decidir o que isso realmente é, seja “isso” o que for. Esse trabalho não compete a um cientista social, embora muitos deles tenham pensado que competia; o que nos cabe é observar os outros tentarem excluir algo de uma categoria valorizada, e não decidir se a exclusão é justificada. (BECKER, 2007, p. 203).

O que nos cabe é também observar nós bolsistas confusos com nossa própria condição de cidadania. Confusos, experimentando as emoções de vergonha, raiva, inveja, orgulho, culpa, decepção, confiança – e todas as outras juntas e misturadas –, que ora nos fazem confiar que teremos um emprego no futuro (com remuneração maior do que um salário-mínimo), ora nos fazem temer o desemprego (já estando desempregados). Ora nos fazem responder à pergunta: você trabalha ou só estuda? com afinco, ora nos fazem só jogar mais lenha na fogueira, atijando a inveja do anticientificismo, que agora é o mais novo-velho filho do mais novo-velho pai governo – que apoia o corte de recursos para as universidades públicas para o fim da balbúrdia.

O que nos cabe, ainda, é observar a falta de pesquisas da sociologia do trabalho acerca do trabalho de cientistas na posição de bolsistas em programas de pós-graduação. Essa ausência precisa ser observada e compreendida. Pois, mesmo havendo investigações sobre o trabalho dentro das universidades e a precarização dos vínculos dos docentes em universidades –, por exemplo, em Maia (2014) e Bernardo (2020) – os pós-graduandos bolsistas, vínculo mais precário do campo, têm sido praticamente ignorados pelos estudos do trabalho –, que ironicamente é conduzido em geral por eles próprios, cientistas pós-graduandos bolsistas. Também a *Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho* (Abet) não tem, segundo seu sistema de busca, publicações que contenham, no título, alguma das palavras bolsista; pós-graduação ou cientista (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO-ABET, 2021).

Isso evidencia a existência de elementos fundantes da precarização do trabalho acadêmico em nível meso/macro que atingem diretamente o nível micro, a ponto de os próprios cientistas não reconhecerem sua condição precarizada e precarizante. A inexistência de uma agenda de pesquisa sobre essa temática, além de não dar espaço a vozes e ações coletivas de resistência, corrobora a manutenção dessa condição.

A propósito, é importante refletirmos sobre a ação coletiva desses pesquisadores. Talvez pela ideia de não serem juridicamente “trabalhadores”, eles não são enquadrados em sindicatos e não são formalmente representados por esses. Nos últimos anos, em que observamos o acirramento das políticas neoliberais com anúncios de cortes de orçamento para a ciência e a redução do número de bolsas de pós-graduação, percebeu-se a criação de novas associações regionais de pós-graduandos (APG) e o fortalecimento das já existentes e da nacional (ANPG). Mas, ainda não é possível afirmar se essas instituições conseguirão atingir os mesmos resultados que alcançariam se tivessem o poder simbólico, institucional e jurídico que têm os sindicatos no Brasil – que incluem, por exemplo, a prerrogativa de reposição salarial anual. Caberia, em outra pesquisa, observar a heterogeneidade da ação coletiva nesse ambiente e seus efeitos, tanto entre pessoas que participam ativamente dele, quanto em relação aos aspectos estruturais da condição de pesquisadores pós-graduandos bolsistas.

A ação coletiva não é o objeto central deste artigo. Mas, temos certeza de que essa questão se relaciona com os elementos que aqui trabalhamos. As condições estruturais, meso e macro

são precárias e têm efeitos no micro. A precariedade multifacetada que atinge os pós-graduandos no micro tem forte poder de dificultar a solidariedade entre eles e de lhes tirar recursos para a luta coletiva. Novamente, é a pós-graduanda sozinha, que *só* estuda. E, paradoxalmente, a ação coletiva é o tipo de ação que tem poder para tentar modificar as condições estruturais.

A nossa hipótese é a de que se em nível meso/macro a cientista bolsista não é reconhecida como trabalhador, em nível micro a sua condição de trabalho é precarizada e precarizante, acionada predominantemente pelas emoções de culpa (passado) – de não ter seguido outra carreira, insegurança (presente) – de que a qualquer momento poderá perder a bolsa de pesquisa – e medo (futuro) – de ficar desempregado. Ignorando o fato de já estar inserido num contexto de desmoroamento da sociedade salarial, de já ser desempregado. Essa precarização corrobora, ainda, um imaginário socialmente compartilhado do cientista como alguém que não trabalha e, conseqüentemente, da ciência como algo inseguro e não confiável. E quais as implicações disso?

Ainda que a ciência tenda a ver atribuído a si um reconhecimento social e, desse modo, uma eficiência social que vão crescendo à medida que os valores científicos são mais amplamente reconhecidos (sobretudo sob o efeito das mudanças tecnológicas e da ação do sistema de ensino), ela só pode receber sua força social do exterior, sob a forma de uma autoridade delegada que pode encontrar na necessidade científica, a qual ela institui socialmente, uma legitimação de seu arbitrário social. Mas esta autoridade estatutária pode manter a mesma relação de legitimação circular com uma arte, como a clínica, ou com uma tradição erudita, como a teologia, o direito, ou mesmo a história da literatura ou da filosofia, cuja necessidade, fundamentalmente social, repousa em última análise numa ‘opinião comum dos doutores’, enraizada não apenas na necessidade racional da coerência e da compatibilidade com os fatos mas na necessidade social de um sistema de disposições objetivamente orquestradas e do arbitrário cultural mais ou menos objetivado e codificado no qual ele se exprime. Sabe-se que as construções ideológicas que indivíduos ou grupos artísticos ou políticos podem produzir para dar às suas ‘escolhas’ nos mais diversos domínios, políticos, estéticos, éticos, as aparências da coerência, apresentam-se de fato como combinações de elementos logicamente díspares que só se mantêm juntos pela força integradora das disposições ou das posições comuns [...] (BOURDIEU, 2017, p. 97).

Onde as “pessoas que também perguntam no Google” encontram a opinião dos doutores? Onde os parentes, amigos e conhecidos dos doutores observam a aparência de coerência da ciência brasileira? Estamos em 2021, e os domínios políticos, estéticos e éticos se apresentam sob a égide da ética da precariedade, a estética da precarização e a política precarizante. Estamos aprendendo a nos humanizar fazendo humor com nossa precarização. Diferentemente de 2013, em que pelos recantos dos comentários em *blogs* usávamos de ironia para lutar pelo *status* de *distinção*, agora usamos de ironia para rir da nossa própria condição, para expor essa estética, que também é ética e política.

5. A ESTÉTICA DA PRECARIZAÇÃO – “É EXAUSTIVO DEMAIS TENTAR CONCENTRAR E SER PRODUTIVA QUANDO O BRASIL DERRETE E SUA PROFISSÃO NÃO TEM LEGITIMIDADE E OPORTUNIDADE NO MUNDO DE HOJE.”

É recorrente nos trabalhos sobre neoliberalismo a citação de Margaret Thatcher (1981), enquanto representação da corporificação do projeto neoliberal, na qual ela afirma: “a economia é o método. O objetivo é mudar a alma”, explicitando que essa nova razão do mundo nunca se pretendeu apenas econômica.

Christian Laval (2017), ao tratar da precariedade como um estilo de vida, aponta para uma construção ideológica positiva em torno desse novo modo de viver que atinge também, mas não só, o trabalho. O autor reflete sobre uma suposta precariedade de luxo, que é apresentada como “uma ‘tática’ de vida para escapar dos constrangimentos de um emprego assalariado alienante”, mas que, na verdade, é imposta enquanto “modelo para todos os trabalhadores, com efeitos altamente diferenciados e desiguais de acordo com a posição ocupada nas novas organizações de trabalho.” (LAVAL, 2017, p. 101).

Laval também cita como exemplo os trabalhadores cooptados pela figura ideológica da “precarização como reinvenção permanente de sua vida, o artista de si mesmo, o criador de si mesmo.” (LAVAL, 2017, p. 108). Essa cultura impõe não apenas que o sujeito seja flexível, mas que aceite tal condição, ao conformar-se intimamente, “cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, [...] Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 330-331).

E há, no meio acadêmico também, a explicitação dessa cultura da precariedade de luxo quanto às condições de vínculo e remuneração dos pesquisadores da pós-graduação da sua realidade de (não) assalariamento. Percebemos isso realizando uma etnografia digital no Twitter. Por meio do perfil pessoal de uma de nós, tivemos acesso, por exemplo, a um tweet publicado por um perfil que a própria rede identificou na modalidade “Sugerido para você”, e que demonstrou de modo explícito essa situação. Trata-se de um tweet, de 17 de junho de 2021, no qual um pesquisador em sua conta pessoal afirmou: “Transformar as bolsas de pós em vínculo trabalhista garantiria direitos e daria segurança às instituições”. Várias das respostas publicadas a esse tweet afirmaram que seria um sonho, ressaltaram a condição de incerteza e insegurança dos pesquisadores, falaram da angústia de não terem direitos trabalhistas e seguridade social, de não haver reconhecimento social desse tipo de trabalho etc. Mas, muitas outras fizeram afirmações que evidenciam essa valorização dos *privilégios* do vínculo precário. Alguns exemplos:

Comentário Y: A intenção parece boa, mas temo pelas consequências: ~20% menos no bolso (IRPF+INSS) e redução da oferta.

Comentário Z: É um gigantesco benefício pros pesquisadores ter valor bruto = valor líquido. Pq diabos alguém jogaria isso fora? [...].

Comentário W: As bolsas existem para custear os TRABALHOS de pesquisa é sempre foram INSUFICIENTES. O vínculo trabalhista, quando existe, justifica a não concessão de bolsas. Para de falar merda. Pelamor.

Comentário H: Aí não existiria a pós. A CLT inviabilizaria tudo. (comentários transcritos do *twitter*, publicados em 17 de junho de 2021, acessados no mesmo dia utilizando da conta pessoal de uma das autoras do artigo e transcritos em 28 de junho de 2021).

O conteúdo desses comentários se aproxima dos argumentos que costumam ser utilizados para sustentar reformas trabalhistas e retirada de direitos. A narrativa de flexibilidade e liberdade, do empreendedorismo de si, da modernização das relações, que vende como um grande privilégio de livrar-se das amarras do vínculo empregatício. E sua utilização no meio acadêmico tem efeitos na ciência num ponto de vista mais amplo.

Laval pergunta: “O que é hoje este ‘viver com a incerteza’ no mundo da pesquisa e da cultura? Onde está a liberdade do jovem pesquisador condenado a estágios, férias e concorrência?” (LAVAL, 2017, p. 108). E hoje, em 2021, vemos os pós-graduandos buscando responder a essa pergunta não mais apenas ironizando aquilo que seriam os privilégios, mas usando o humor para transmutar as emoções da própria condição precarizada.

Isso pôde ser observado em uma etnografia digital nas páginas de memes acadêmicos na mídia social Instagram. Os *memes* são potentes objetos sociológicos, justamente por sua *prospecção* – sondagem dos sentimentos e pensamentos alheios. Dado o espaço reduzido do artigo, apresentamos apenas uma página como exemplo. Trata-se da página intitulada “phddadepre”⁸, que conta atualmente (em agosto de 2021) com um pouco mais de 32 mil seguidores. Na maior parte das publicações, a página utiliza de *memes*, dublagens de vídeos com áudios populares (como de novelas e falas célebres) para expor condições de trabalho e vida dos pós-graduandos, explicitando uma precariedade de vida de forma efetiva e afetiva. Etnografando essa página, é perceptível a existência de uma estética da precariedade por meio do humor:

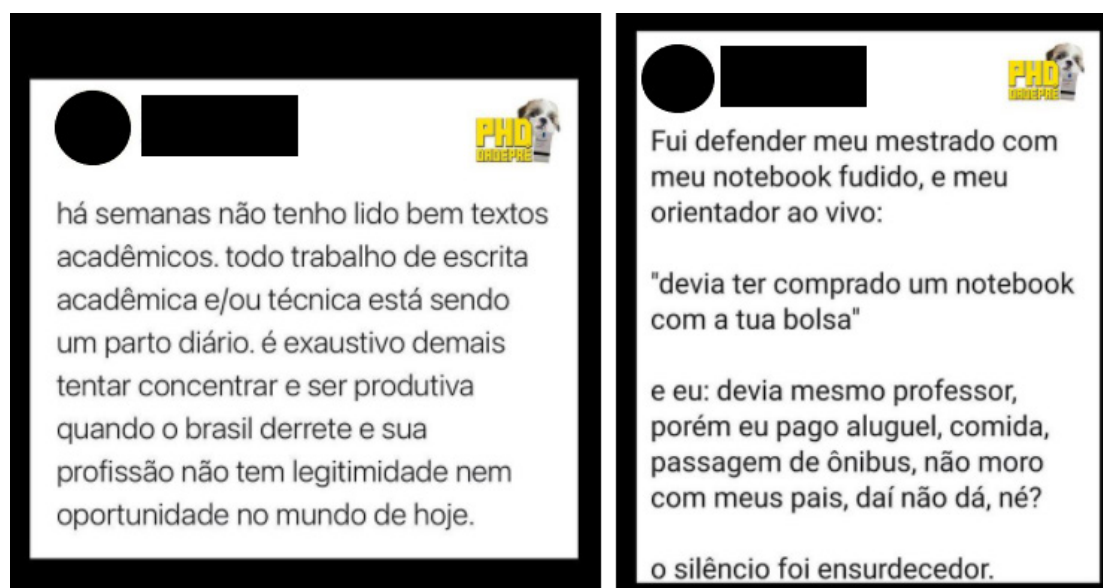
FIGURA 3 – MEMES, DISPONÍVEIS NO INSTA @PHDDADEPRE



Fonte: @phddadepre (2021).

Em janeiro de 2021, a autora do perfil afirma que a página “nasceu da libertação, porque hoje posso gritar e dar voz aos calados”, complementando que “É um sistema abusivo SIM, mas hoje eu percebo que conseguimos dar maior visibilidade à problemática” (CAVALCANTI, 2021). Outras publicações são a replicação de falas coletadas do Twitter:

FIGURA 4 – RELATOS REPLICADOS DO TWITTER, DISPONÍVEIS NA PÁGINA @PHDDADEPRE



Fonte: @phddadepre (2021).

⁸ Perfil gerenciado por Gabriela Cavalcanti. Disponível em: <https://www.instagram.com/phddadepre/>.

Essa última imagem (da direita), foi postada pela página *phddadepre*, no dia 21 de maio de 2021. É a captura de um tweet (cuja autoria resguardamos). Nos comentários dessa postagem no Instagram há desabafos, como: C1: “Povo acha que bolsa é mimo! Toma aqui esse dinheirinho pra você”; C2: “Caso isolado número 666.666”; C3: “No meu programa diziam ‘não é bolsa de assistência social e sim de pesquisa’”. Esse *Tweet* foi postado no dia 19 de maio de 2021. Até o dia 11 de junho de 2021, ele teve 9.868 retweets, 1.489 tweets com comentários e 172.000 curtidas. A postagem no Instagram teve 5.768 curtidas e 170 comentários. A abrangência e a reverberação desse tweet é notória, mas lembramos que o espaço de mobilização coletiva dos pós-graduandos ainda é restrito pelas limitações jurídicas e institucionais das organizações associativas que os representam, que não são sindicatos e não têm as prerrogativas legais que o movimento sindical goza na atualidade. Por isso, é importante percebermos a relevância da ocupação desses espaços digitais pelos pós-graduandos para denunciar essa realidade e manifestar aspectos precarizados do cotidiano acadêmico. Além do próprio uso que as associações de pós-graduandos (APG) fazem das redes sociais, em especial do Instagram, como ferramenta de comunicação com suas bases, de maneira análoga ao que fazem as entidades sindicais.

6. CONCLUSÕES

As políticas neoliberais afetam a organização das universidades, isto é, os principais ambientes de realização do trabalho científico no Brasil. Nos últimos anos, há uma tendência de retirada de recursos públicos da ciência e de desregulamentação dos vínculos de trabalho nas universidades, que atinge outros países além do Brasil. A verdade é que esses movimentos de precarização estão presentes em todas as áreas de trabalho. E sua incidência nas universidades têm a especificidade de atingir profissionais altamente qualificados e com longa escolaridade, diferentemente do que se pretendeu em pesquisas incipientes de que a precarização atingiria os trabalhadores de baixa escolaridade.

O ambiente acadêmico, por sua vez, tem características próprias, um *ethos* propício para o desenvolvimento de um modo de organização neoliberal. O modo neoliberal de organização e funcionamento do meio acadêmico alimenta e se retroalimenta desse *ethos*. Por isso, é que se pode falar de um conjunto de uma ética, uma estética e de políticas de precariedade. É um ambiente precarizado e precarizante, e já são evidentes as consequências desse sistema para o cotidiano dos pesquisadores e para o imaginário social da ciência em nível macro para a sua confiabilidade, seu reconhecimento e *status*:

Nós estamos bem posicionados para ver aonde conduz, em termos de pesquisa e ensino, essa precarização; a qual “cultura” ela afinal nos conduz. Certamente não aos grandes riscos da aventura intelectual, mas ao conformismo das publicações padronizadas, ao desengajamento político, à subordinação a regras burocráticas absurdas as quais Roland Gori e outros psicanalistas chamaram de “loucura-avaliação”. (LAVAL, 2017, p. 108)

É loucura pesquisar, teorizar e refletir o neoliberalismo e a precarização do trabalho não enxergando e avaliando nossas próprias condições e as consequências das nossas condições para o macrosocial. Nós, bolsistas de pós-graduação, não temos confiança, segurança e condições jurídicas para defender na esfera microsocial que o que fazemos é trabalho, pois não somos reconhecidos pelo meso e pelo macro enquanto trabalhadores. Sem a garantia do vínculo institucional do trabalho, como convenceremos nossos parentes, amigos e conhecidos, do trabalho da nossa ciência? Como a ciência brasileira combaterá o anticientificismo se a maior parte do seu exército – os/as mestrandas e doutorandas – não tem o reconhecimento simbólico, econômico, jurídico e emocional de trabalhadores dentro da própria instituição e fora dela?

Gostaríamos de concluir este artigo com uma abertura – a abertura do papel das emoções dos cientistas que trabalham pela/na/com a ciência – com (cons)ciência (inclusive de classe). Para isso, refletimos com a sociologia das emoções de Jonathan Turner, que nos alerta que “as estruturas sociais e as culturas que as acompanham são sustentadas ou alteradas pelas reações emocionais das pessoas às suas circunstâncias. Na verdade, não é demais argumentar que as emoções são a ‘cola’ que mantém as sociedades unidas, ou a dinamite que as separa”. (TURNER, 2008, p. 319, tradução nossa). Não é demais argumentar que a falta de confiança (dos e nos) cientistas em nível micro interfere diretamente na falta de confiança (da e na) ciência em nível macrosocial – e vice-versa.

O ponto óbvio aqui é que esses estados emocionais não são triviais [...]; e eles não são fugazes e transitórios. Pelo contrário, eles têm efeitos poderosos nos pensamentos e ações das pessoas e suas reações nas formações meso e macro socioculturais. A dinâmica das emoções, portanto, deve estar no centro da investigação sociológica porque elas são, em última análise, a força motriz por trás das forças que se acumulam e sustentam as estruturas sociais e suas culturas participantes, bem como as forças que produzem lacerações e desgastes nas formações socioculturais mais baixas. [...] A sociologia não pode, eu argumento, compreender plenamente a cognição humana, comportamento, interação e organização social sem uma teoria das emoções que impulsionam todos os processos sociais. (TURNER, 2010, p. 169, tradução nossa).

Nós, doutorandas bolsistas de pós-graduação, argumentamos que nossas reações diante da pergunta: “Você trabalha ou só estuda?” não são triviais, não são fugazes e muito menos transitórias – elas são extremamente *trans-históricas*. As nossas micro respostas no micros social produzem e reproduzem ações, reações e efeitos – concepções, imaginários, éticas, estéticas, políticas – nas formações meso e macrosociais. E “o dilema enfrentado por todas as estruturas meso e macro é como extrair energia emocional positiva dos encontros, de modo que esses sentimentos sejam transferidos para estruturas sociais de maior escala.” (TURNER, 2008, p. 333, tradução nossa). Precisamos responder positivamente aos parentes, aos amigos e aos conhecidos que a ciência é um trabalho importante para a sociedade, que é um trabalho confiável, conduzido por trabalhadores confiáveis em ambientes de trabalho também confiáveis – contribuindo, assim, para que a ciência seja reconhecida e valorizada na esfera macro. Entretanto, se nos encontramos desgastadas e laceradas pela *trans-história neoliberal precarizante das precárias precarizações* (do tempo culposo/ocioso de brincar seriamente com as palavras, com os *memes*, e com suas prospecções) ... como responderemos, “a fatídica pergunta: Você SÓ estuda?”. “Agora é a sua vez de dar a sua RESPOSTA! Desabafe!” (ANGRIMANI, 2013). Você não está só!

REFERÊNCIAS

- ANGRIMANI, Daniel. Como responder a fatídica pergunta: Você SÓ estuda? **Pós-graduando**, 6 ago. 2013. Disponível em: <https://posgraduando.com/como-responder-a-fatidica-pergunta-voce-so-estuda/>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. **Flexibilização contratual no setor público: condições e relações de trabalho dos professores temporários nas universidades estaduais do Paraná**. Curitiba. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67161>.

- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Tradução Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre **Homo academicus**. Tradução: Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle, Revisão Técnica Maria Tereza de Queiroz Piacentini. 2 ed. 1 reimp. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 9. ed. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- CAVALCANTI, Gabriela. **Passe para o lado**. Boa Vista, RR, 27 jan. 2021. Instagram: @phddadepre. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CKkaynhr6ts/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 28 jun. 2021.
- CAVALCANTI, Gabriela. **Perfil de PhD da Deprê**. Boa vista, RR, [20--]. Instagram: @phddadepre. Disponível em: <https://www.instagram.com/phddadepre>. Acesso em: 1 jun. 2021.
- CIENTISTA *In*: Google Busca. [Mountain View, CA: Google LLC, c2021]. Disponível em: <https://bitlybr.com/pVuYS>. Acesso em: 1 jun. 2021.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FATÍDICO *In*: Google Busca. [Mountain View, CA: Google LLC, c2021]. Disponível em: <https://bitlybr.com/T1Bp>. Acesso em: 1 jun. 2021.
- LATOURET, Bruno **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LAVAL, Christian. Precariedade como “estilo de vida” na era neoliberal. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 100-108, jan./jun. 2017.
- MACHADO, Camila. ‘Mas você trabalha ou só estuda?’. **True singularity**, 22 maio 2013. Disponível em: <https://truesingularity.wordpress.com/2013/05/22/mas-voce-trabalha-ou-so-estuda/> Acesso: 11 jun 2021.
- MAIA, Fernanda Landolfi. **O paradoxo da intensificação**: uma análise do trabalho dos professores de ensino superior público federal. Curitiba. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37352>.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Tradução Metton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PRATA, Mario. Uma tese é uma tese. **Mario Prata Site oficial**, jul. 1998. Disponível em: <https://marioprata.net/cronicas/uma-tese-e-uma-tese/>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO-ABET, Paraíba, 2001-, e-ISSN 1676-4439.
- THATCHER, Margaret. Mrs Thatcher: the first two Years. [Entrevista cedida a] Ronal Butt. **Sunday Times**, 3 May 1981. Disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/104475>. Acesso em: 28. Jun. 2021.

TURNER, Jonathan H. Emotions and social structure: Toward a general sociological theory. In: CLAY-WARNER, J, Robinson, DT (eds) **Social Structure and Emotion**. London: Elsevier, 2008. pp. 319–342

TURNER, Jonathan H. **The Stratification of Emotions**: Some Preliminary Generalizations. *Sociological Inquiry*, California, v. 80, n. 2, 2010, p. 168-199.

VOCÊ TRABALHA OU SÓ ESTUDA? In: Google Busca. [Mountain View, CA: Google LLC, c2021]. Disponível em: <https://bitlybr.com/T1Bp>. Acesso em: 1 jun. 2021.

Recebido em: 14/08/2021

Aceito para publicação em: 20/03/2023